

5-3-944

A REFORMA do capitalismo

Se tentarmos procurar nos livros da especialidade a definição do capitalismo, ficaremos surpreendidos com a variedade de opiniões, sobre o assunto, emitidas. Cada qual procura uma definição completa que compreenda tôdas as particularidades do regime, sem chegarem contudo a um acôrdo. Parece-nos, no entanto, que poderíamos definir o capitalismo duma maneira bem simples e compreensível que, aliás, contem a nota essencial: o capitalismo é o regime em que o capital (digamos, o detentor do capital) tem absoluto predomínio sobre os outros elementos da produção.

Para produzir qualquer riqueza, são necessários três elementos: natureza, capital e trabalho. E' da associação e colaboração destes elementos que nasce a produção. Melhor diríamos: que nasce a empresa produtora, uma vez que nenhum deles, p'or si só, é capaz de produzir seja o que fôr.

Como se formam, porém, as empresas? Pela associação do capital. Dois ou mais indivíduos, possuidores de capital, acordam em se associar para a exploração de qualquer ramo do comércio ou da industria. Lavram a escritura da sociedade perante o notário e fica constituída, para todos os efeitos, uma empresa produtora. Temos contudo, nesta sociedade, um só elemento da produção. Como se ousa intitular então uma empresa?

E' que os outros elementos chamam-se á colaboração por compra ou aluguer. A natureza, para o efeito representada pela matéria prima, compra-se no mercado. O trabalho, êsse aluga-se. E assim, a empresa, isto é, a associação de capitais (sociedade anônima) ou de capitalistas (sociedade por acções ou por quotas) reserva para si só a autoridade total e exclusiva sobre os outros elementos, sobretudo sobre o trabalho em tôdas as suas formas — intelectual, técnico e manual. Esta autoridade absoluta dá-lhe poder também exclusivo sobre a direcção, a orientação e os resultados ou lucros da empresa.

Há neste regime um evidente contra-senso. Dos três elementos, cuja associação é essencial para se obter qualquer produção, o mais nobre, o mais importante, o unico humano, é o trabalho. Ele é também o unico activo, uma vez que a natureza desempenha uma função passiva e o capital uma função de mero instrumento do trabalho. O predomínio deveria logicamente pertencer portanto ao trabalho.

Contudo o capitalismo, considerado em si mesmo, não é em absoluto condenável. Tem dado, porém, lugar a tantos e tão profundos abusos, que a sua substituição ou reforma são ardentemente reclamadas de todos os lados, sobretudo neste momento, em que tanto se fala do mundo novo.

Esperou-se, durante muito tempo, obter a substituição do regime capitalista pela constituição de sociedades cooperativas. Os detentores do trabalho (intelectual, técnico e manual) formavam uma associação ou empresa que assalariava o capital. O predomínio e, portanto, a direcção, os riscos e os lucros da empresa seriam então pertença exclusiva do traba-

lho, collocando-o assim no lugar de honra que lhe pertence. Por defeito, mais das pessoas que da fórmula, as sociedades cooperativas não progrediram, e algumas, que chegaram a atingir certo desenvolvimento, transformaram-se em sociedades capitalistas.

Apareceram então com maior amplitude os movimentos socialistas que, não tendo esperança de obter para o trabalho o lugar de predomínio que lhe pertence, se conformaram em que permanecesse na posição em que estava, passando porem o capital — senhor e mestre absoluto — da mão dos particulares para posse do Estado ou da comunidade. Com esta transferência de donos, pensam os socialistas dos diferentes matizes obter para o trabalho, já não um lugar honroso a que renunciam, mas condições de vida que julgam necessário conquistar para todo o trabalhador. Além disto, suprimiriam por êsse facto as impressionantes desigualdades sociais e obrigariam todo o homem a viver apenas do seu trabalho.

As correntes socialistas não resolvem, porém, o essencial do problema, que é dar ao trabalho a função de dirigente da produção — função que sempre lhe pertenceu antes do nascimento do capitalismo. Contudo o operariado deixa-se facilmente impressionar pela tese socialista, só porque ela lhe apresenta como realidade palpável a supressão da entidade patronal. Melhore ou não de situação, o trabalho não ocupará po-

rém, o seu lugar, enquanto o capital — na mão do particular ou do Estado — não fôr destronado da ditadura económica que vem exercendo, há quasi quatro longos séculos.

Nesta ordem de ideias, muitas têm sido as tentativas feitas por êsse mundo além.

As primeiras procuraram dar ao trabalho um principio de dignidade, conferindo-lhe um com-predomínio na empresa. Foi a cedência de acções aos operários e empregados nas grandes empresas americanas e em algumas europeias. Embora a aplicação dêste principio tenha satisfeito grande parte dos espiritos ansiosos de reforma, a verdade é que êle corresponde apenas a uma transigencia do capital, e não ao reconhecimento do lugar que, no futuro, tem de ocupar o trabalho.

E' por isso que, nos ultimos anos, mas sobretudo desde que o mundo está em guerra, começaram a aparecer os estudos e as tentativas de solução tendentes a provocar a reforma económica, por todos ansiosamente reclamada.

Chegou-nos há pouco um curioso estudo do grande economista e sociólogo francês, Eugénio Duthoit, presidente das semanas sociais francesas, em que propõe uma nova estrutura da empresa capitalista pela transformação das sociedades de capitais em sociedades de pessoas. Neste estudo, o ilustre economista cristão deseja manter — como é justo e necessário — o regime da propriedade particular e o principio da autoridade, mas dando ao capital a função que lhe é própria de assalariado do trabalho.

A originalidade do seu plano importância das conclusões a chega obrigam-nos a uma minuta exposição das suas ideias, que mos no próximo artigo.

ABEL VARZI